



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



24 DE SETEMBRO
COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS
NOVA IORQUE-EUA

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO
*BREAKFAST NO COUNCIL OF FOR-
EIGN RELATIONS*

É com satisfação que compareço a este Conselho, reconhecido em todo o Mundo pela expressiva contribuição que tem dado ao debate e esclarecimento de importantes questões internacionais.

Embora se viva em toda a América Latina tendência quase geral à democratização, cada país segue caminho independente, determinado pelos fatores que lhes são próprios.

Por isso, tenciono falar sobretudo da experiência que me é mais próxima, a da consolidação da democracia brasileira, objetivo central da Nova República inaugurada em meu País em março deste ano.

Iniciamos no Brasil a reforma pacífica e sem traumatismo das instituições políticas e das estruturas econô-

micas, para permitir a participação, sem exclusão, dos brasileiros na construção do seu futuro.

Vencendo o pessimismo que nos abatia, construímos uma grande esperança. O golpe trágico da perda do inesquecível líder Tancredo Neves converteu-se numa razão a mais para prosseguirmos, com a mesma maturidade, no processo de conciliação nacional.

Em poucos meses, o panorama político do País renovou-se por completo.

Há, hoje, no Brasil, plena liberdade de pensamento e expressão. O Presidente da República será eleito não mais através de um colégio eleitoral, mas por eleições diretas. E o Congresso Nacional tem, no conjunto das instituições representativas, a importância e o papel próprios das democracias contemporâneas. A lei eleitoral foi emendada para permitir o restabelecimento de um saudável pluralismo político. Foram, assim, legalizados partidos até há pouco clandestinos, e criados outros que exprimem, ordenadamente, a manifestação do dissenso e a representação das mais variadas opiniões. Assegurou-se a autonomia dos sindicatos, que por muito tempo estiveram sob o controle do Estado.

Como coroamento de todo o processo, estamos convocando uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita no próximo ano, para iniciar seus trabalhos em 1987. A Constituinte será um instrumento nas mãos dos brasileiros para cristalizar, em preceitos constitucionais, sua vontade de viver em uma organização política autenticamente democrática.

A democratização política projeta-se na economia e nas instituições sociais. Entendemos que a democracia, ao permitir u'a maior participação de todos na vida política nacional, gera necessariamente reivindicações naquelas áreas. A recuperação econômica e a construção da democracia são tarefas convergentes e estamos, assim, empenhados em realizá-las conjuntamente, porque estamos convencidos de que asseguraremos a estabilidade das relações políticas na medida em que elas estejam em correspondência com a realidade social.

O esforço interno brasileiro tem sido grande, ao tentar superar os problemas econômicos e sociais, de cuja solução depende também a consolidação democrática.

Esse é o grande desafio que se coloca para o Governo e para o povo brasileiro.

As tensões sociais no País foram agravadas pela limitação das liberdades políticas e por medidas econômicas que concentraram a renda e aprofundaram o desequilíbrio regional. Nos últimos meses, ocorreu no Brasil uma saudável liberação de demandas há tempos reprimidas, que, à primeira vista, podem parecer descontroladas, mas que, na realidade, estão sendo canalizadas através dos veículos democráticos de associações de classe, dos partidos políticos e do Parlamento. E todas essas forças compartilham a convicção de que o primeiro dever dos governos democráticos é o da promoção humana e do tratamento justo dos diferentes grupos sociais.

Para atender esse anseio e corrigir as desigualdades apontadas, o Governo se vê diante de um difícil quadro, cuja solução está intimamente ligada à opção pela reto-

mada do crescimento econômico com base em seus próprios recursos e instrumentos, uma vez que os fatores externos que para ele poderiam concorrer estão fora do seu controle e lhe têm sido adversos.

Não temos o mesmo crescimento dos anos anteriores. Mas desejamos que nosso crescimento renda sobre tudo dividendos sociais. No total, fomos obrigados a diminuir nossos investimentos. Mas aumentamos gastos na área social, em especial em saúde e educação.

Estamos iniciando uma reforma agrária progressiva, com o objetivo de levar ao campo a paz e a justiça social, juntamente com um impacto positivo sobre a produção.

Um novo impulso dinamiza a nossa realidade política, econômica e social, estabelecendo as condições internas para a consolidação democrática.

Caberia também analisar a relação entre a consolidação democrática interna e fatores externos. A própria formulação da política externa brasileira projeta a visão democrática também para o conjunto das relações internacionais do País. Por outro lado, alguns fatores internacionais têm consequências para a consolidação interna da democracia.

A visão democrática projetada internacionalmente nos leva a uma reflexão crítica sobre o próprio sistema mundial do poder.

O princípio da soberania, o da autodeterminação e o da igualdade jurídica entre os Estados estão consagrados pela Carta das Nações Unidas, cujo espírito e estrutura jurídica são democráticos. Num mundo complexo,

em que surgem novos atores, em que já são poucos os resíduos do colonialismo e em que os países em desenvolvimento participam ativamente do cenário internacional, esses princípios não deveriam ser meras abstrações conceituais.

O Brasil acredita que se devem aplicar os princípios democráticos ao sistema mundial de poder e às instituições econômicas internacionais, ampliando-se os canais de participação no sistema internacional de decisões.

Na prática, o princípio da igualdade jurídica tem convivido com um sistema decisório internacional concentrado. Decisões que interessam a todos os povos — como as que dizem respeito, por exemplo, à questão do desarmamento — ficam à mercê da vontade de alguns poucos Estados. Há, além disso, uma tendência a menosprezar o trabalho dos organismos multilaterais, sobretudo daqueles foros onde predomina formalmente a igualdade entre os Estados.

A desigualdade entre as nações continua impondo-se à ordem jurídica, substituindo o primado do direito pela realidade da força.

De fato, o Mundo viu surgir, após a Segunda Guerra, uma organização internacional em que as concessões ao poder, com a criação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, estariam, em princípio, servindo de instrumento, não de hegemonia, mas de paz e de conciliação. A guerra fria mostrou ao mesmo tempo a fragilidade do equilíbrio do terror e a inviabilidade das teses da confrontação. Abriu, assim, o caminho para a competição em diferentes campos, como o tecnológico, e para

progressiva descompressão da cena internacional. A *détente* chegou, por sua vez, a lançar esperanças quanto à possibilidade de desviar a confrontação político-ideológica e os esforços bélicos para o progresso humano. Parecia que a visão bipolar já estava desgastada e a reflexão política pôde incorporar o fato da multipolaridade do poder mundial.

A renovação atual da retórica da bipolaridade soa artificial e incompatível com a complexidade do mundo contemporâneo. Como ela se baseia em interesses particulares das grandes potências, é incapaz por si mesma de rearticular lideranças. Surge, além disso, num momento em que se intensifica o sentimento de autonomia política dos países até agora marginalizados do sistema internacional de poder.

A divisão do Mundo em dois blocos hegemônicos de poder faz sobrepor a nossas realidades políticas tensões que lhes deveriam ser estranhas. Os alinhamentos a blocos levam a situações conflitivas, que têm agravado antagonismos inclusive em nosso Continente, na América Central, gerando propostas de solução que não se coadunam com os interesses específicos dos povos envolvidos ou com o respeito ao princípio da não-intervenção.

A democracia nada tem que ver com alinhamentos, automáticos ou não. Ela não pode, assim, basear-se em princípios de segurança e de defesa condicionados por uma disputa entre blocos.

Não é que não tenhamos uma visão de segurança nas relações internacionais. Mas nossa visão parte das

causas profundas da insegurança mundial, que se deve, em particular, à própria tentativa de cristalização internacional de áreas de influência. Deve-se também à prevalência de estruturas injustas no sistema econômico e financeiro internacional, que levam a crises econômicas e sociais.

O Brasil lançou, ainda nos anos 60, um conceito que vem desde então defendendo nas Nações Unidas: o da segurança econômica coletiva, da qual depende, em grande medida, a própria segurança política.

De fato, uma ordem internacional mais justa e democrática, que conduza a uma participação significativa dos países em desenvolvimento na vida econômica mundial, viria a complementar seus esforços internos para encontrar soluções econômicas e sociais essenciais ao fortalecimento democrático.

Quanto à influência de fatores externos para a consolidação da democracia, ressalta, de imediato, o papel da dívida externa e o tratamento que esse problema vem tendo por parte dos países credores.

No caso do Brasil, a quase totalidade dos créditos obtidos foi aplicada em obras de infra-estrutura em setores produtivos, na expectativa de que a dívida contraída externamente pudesse ser paga com os bens e produtos por elas gerados.

Colhido pelas crises do petróleo, pela alta dos juros internacionais, pela erosão acelerada dos preços dos principais produtos de exportação e pelo estreitamento de mercado nos países desenvolvidos, o Brasil se vê a

braços com dificuldades gigantescas para fazer face a seus compromissos financeiros com o Exterior.

Todo o processo de desenvolvimento e crescimento interno brasileiro passou assim a depender do equacionamento satisfatório dessa variável externa e de outros problemas fora do nosso controle.

Nesse contexto, cabe referir o protecionismo, que nos países desenvolvidos tem atingido uma ampla gama de nossos produtos de exportação. Nossas indústrias, quando conseguem competir internacionalmente, são objeto de um tratamento especialmente restritivo.

Ao invés de montarem programas de reconversão econômica, preferem os países desenvolvidos proteger suas indústrias, mesmo quando estas se mostram ineficientes e com baixa produtividade. Assim, produtos que tendem a concentrar-se nos países em desenvolvimento, como o aço e têxteis, são objeto de restrições e de acordos especiais, de cujos mecanismos somos obrigados a participar para evitar dificuldades ainda maiores em nossas exportações. Isso para mencionar apenas indústrias de tecnologia relativamente simples, que não estão mais na base da organização econômica dos países desenvolvidos.

O mesmo se pode dizer das indústrias nascentes. O Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio (GATT) reconhece a necessidade de proteger e de estimular as indústrias nascentes nos países em desenvolvimento. No entanto, quando um país como o Brasil começa a desenvolver uma indústria nova, como a da informática, este fato passa a gerar preocupações externas exageradas e injustificadas.

Por outro lado, surgem propostas novas, como a da discussão do tema dos serviços no contexto de uma futura rodada de negociações no GATT. Temos procurado dar passos no sentido de compreender essas preocupações. Mas isso não poderá ser feito plenamente se não houver pelo menos um entendimento recíproco que leve em conta as necessidades urgentes dos países em desenvolvimento.

De nossa parte, temos também identificado áreas novas, que requerem atenção cuidadosa.

Temos, na América Latina, por exemplo, através do Grupo de Cartagena, defendido um tratamento político para o problema econômico mais sério que enfrentamos internacionalmente: o da dívida externa, cuja solução não poderá ocorrer senão dentro de uma perspectiva de longo prazo e acima das forças de mercado.

Ainda na área financeira, passa a ser cada vez mais necessário um reordenamento do atual sistema financeiro internacional, que, montado em Bretton Woods, no pós-guerra, já não corresponde às necessidades de hoje, em especial àquelas decorrentes de uma inserção mais profunda dos países em desenvolvimento no sistema econômico mundial.

Senhoras e Senhores,

Quando reivindicamos, no plano externo, preços justos para nossos produtos, maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos, reforma das estruturas montadas no pós-guerra em Bretton Woods, solução de larga visão e acima das forças de mercado para o problema

da dívida externa, estamos também lutando pelo fortalecimento da democracia em nossos países.

A tradição e a vocação da América Latina são democráticas. No seu reencontro com a democracia, o Brasil e os demais países latino-americanos identificam-se com sua imagem mais positiva. Esperamos que nosso esforço encontre um respaldo internacional que, por cima de considerações mesquinhas e de curto prazo, contribua efetivamente para a criação de um mundo de paz, justiça e desenvolvimento, dentro da democracia.